



RELISE

**APRENDIZAGEM EMPREENDEDORA NO CURSO DE ARQUITETURA E
URBANISMO ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA EDUCATIVA AOS
RECUPERANDOS DA APAC DE INHAPIM-MG ¹**

*ENTREPRENEURIAL LEARNING IN THE COURSE OF ARCHITECTURE
AND URBANISM THROUGH EDUCATIONAL ASSISTANCE TO THE
CONVICTS OF APAC OF INHAPIM-MG*

Rogério Francisco Werly Costa²

RESUMO

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) se dedica à reinserção social dos recuperandos por meio de terapêutica penal própria constituída por doze elementos fundamentais que inclui: o Trabalho, a Valorização Humana, o Voluntário e o curso para sua formação e o Mérito. Neste contexto, a pesquisa tem por objetivo contribuir para uma reinserção social digna por meio de assistência educativa aos recuperandos da APAC de Inhapim, Minas Gerais. Com a participação de discentes do curso de arquitetura e urbanismo e norteadada pelo princípio da indissociabilidade com o Ensino e a Extensão, adotou método de pesquisa com implicações práticas ao ensinar conceitos básicos de arquitetura voltados ao trabalho na construção civil, visto que a maioria dos recuperandos encontra neste mercado o seu maior nicho de inserção profissional. Assim, promoveu a aprendizagem empreendedora nos discentes e a capacitação técnica aos recuperandos, instigados pela interação e pelo senso crítico.

Palavras-chave: aprendizagem empreendedora, assistência educativa, ressocialização, APAC, construção civil.

ABSTRACT

The Association for Protection and Assistance to Convicts (APAC) is dedicated to the social reintegration of convicts by means of its own penal therapy consisting of twelve fundamental elements that include: Work, Human Appreciation, the Volunteer and the course for their formation and Merit. In this

¹ Recebido em 22/02/2023. Aprovado em 07/03/2023. DOI: 10.5281/zenodo.10066641

² Universidade Federal de Ouro Preto. rogerio.werly@aluno.ufop.edu.br



RELISE

context, the research aims to contribute to a dignified social reinsertion through educational assistance to convicts of the APAC of Inhapim, Minas Gerais. With the participation of students from the Architecture and Urbanism course and guided by the principle of inseparability with Teaching and Extension, it adopted a research method with practical implications by teaching basic concepts of architecture oriented to the work in civil construction, since most of the convicts find in this market their biggest niche of professional insertion. Thus, it promoted entrepreneurial learning in the students and technical qualification to the convicts, instigated by interaction and critical sense.

Keywords: entrepreneurial learning, educational assistance, resocialization, APAC, civil construction.

INTRODUÇÃO

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma instituição Civil de Direito Privado que se dedica à reinserção social dos condenados, trabalhando como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade (FBAC, 2022). Seu maior objetivo é promover a humanização das prisões, punir, mas com total respeito à dignidade, para, sobretudo, restaurar o ser humano, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, de forma que evite a reincidência no crime e ofereça alternativas para o condenado se recuperar, sem depositar no crime a sua única possibilidade de existência (FERREIRA et al, 2016).

Para o alcance dos objetivos, a APAC aplica uma terapêutica penal própria constituída por 12 elementos fundamentais, denominado por Método APAC, sendo assim: 1. Participação da Comunidade; 2. Recuperando ajudando recuperando; 3. Trabalho; 4. Espiritualidade; 5. Assistência jurídica; 6. Assistência à saúde; 7. Valorização Humana; 8. Família; 9. O Voluntário e o curso para sua formação; 10. Centro de Reintegração Social – CRS; 11. Mérito; e 12. Jornada de Libertação com Cristo (FERREIRA et al, 2016). A implementação e o desenvolvimento desta pesquisa é norteada pelo princípio



RELISE

da indissociabilidade com o Ensino e a Extensão. Neste sentido, este projeto se traduz no sentido de prover meios de exercer a responsabilidade social por intermédio de formas diretas de integração entre a pesquisa e a realidade social.

O objetivo é contribuir para uma reinserção social digna dos recuperandos da APAC de Inhapim interessados no trabalho voltado à construção civil, prestando assistência educativa. Para tanto, busca contribuir no processo da terapêutica penal dos recuperandos do APAC em 3 dos 12 elementos fundamentais, descritos acima como método de restauração, sendo estes: o Trabalho (3), o Voluntário e o curso para sua formação (9) e o Mérito (11).

Como objetivos específicos: i) identificar habilidades e carências dos recuperandos quanto ao conhecimento teórico-prático dos aspectos construtivos; ii) elaborar material educativo com conceitos básicos da arquitetura voltados à construção civil, para ofícios de pedreiro, mestre de obras, pintor ou ajudante; iii) propor e executar as ações formativas, tendo como suporte didático palestras e oficinas ministradas por discentes do curso de arquitetura, sob orientação; e iv) aplicar avaliação diagnóstica e prover certificado aos que concluírem as atividades.

A presente pesquisa fundamenta-se na clara dificuldade de qualquer ex detento retornar à sociedade com dignidade, reforçando o quanto é significativa a contribuição da sociedade na restauração do mesmo ao ofertar instrução técnica, aumentando desta forma suas possibilidades de reinserção. Segundo informações da diretora administrativa da APAC de Inhapim, a prática relacionada à construção civil é a mais comum aos recuperandos, sendo esta a expectativa da maioria no retorno a sociedade.

A orientação técnica acerca das falhas mais comuns dos recuperandos e dos conceitos essenciais construtivos básicos é meio de propiciar chances maiores a estes indivíduos de retorno à vida social com dignidade através do



RELISE

trabalho. Neste sentido, o oferecimento de conteúdos específicos da construção civil pode oferecer aos recuperandos um diferencial competitivo no mercado de trabalho, potencializando suas chances de recolocação.

Se por um lado, as chances de ex detentos no mercado de trabalho são restritas se comparadas a cidadãos que nunca cometeram crime, por outro, percebe-se que a prática de autoconstrução sem o devido embasamento técnico acarreta inúmeros problemas relacionados à segurança e ao conforto das edificações.

Desta forma, um cidadão qualificado, mesmo que não exerça labor no mercado construtivo, certamente contribuirá para a elaboração de sua própria residência. Dando a esta proposta uma dimensão maior de influência que a de apenas orientar os frequentadores da APAC. Espera-se como resultado maximizar as chances dos recuperandos de conseguir trabalho na construção civil, quando de volta à sociedade, para que estes possam exercer seu direito à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade.

A RESSOCIALIZAÇÃO SEGUNDO A APAC

Funcionamento – Método APAC

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC é uma entidade civil que se dedica à reinserção social dos condenados, trabalhando como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade (FBAC, 2022). De direito privado e sem fins lucrativos, cada APAC é autônoma, tem personalidade jurídica própria e é amparada pela Constituição Federal e resguardada pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal - nº 7.210/84.

O surgimento da primeira Apac é de novembro de 1972, quando o então estudante de direito Mário Ottoboni liderou um grupo de voluntários em uma



RELISE

assistência religiosa aos presos da Cadeia Pública de São José dos Campos – São Paulo. Em agosto de 1974 passou a se denominar “Associação de Proteção e Assistência Carcerária” quando a atividade precisou se regulamentar, mas logo foi substituído por “Associação de Proteção e Assistência aos Condenados” em razão das convenções internacionais de direitos humanos (QUEIROZ & SANTANA, 2022).

Seu maior objetivo é promover a humanização das prisões, punir, mas com total respeito à dignidade, para, sobretudo, restaurar o ser humano, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, de forma que evite a reincidência no crime e ofereça alternativas para o condenado se recuperar, sem depositar no crime a sua única possibilidade de existência.

Na APAC os aspectos humanos são valorizados, a começar pela terminologia, de maneira que nela os encarcerados recebem o nome de recuperandos e são corresponsáveis pelo processo. A presença de voluntários é fundamental para que os mesmos tenham acesso a assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos próprios recuperandos, com o suporte de alguns funcionários e voluntários, sem o concurso de policiais ou agentes penitenciários. Nela o cumprimento de pena é individualizado.

Por isso as APAC's são unidades pequenas, construídas nas próprias comunidades onde os recuperandos cumprem sua pena, com suporte para receber no máximo 200 pessoas. São coordenadas e fiscalizadas pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, com a função de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações (FERREIRA et al, 2016).

O município que implanta a metodologia APAC é infinitamente mais vantajoso para o Estado, visto que um preso na APAC custa um terço do valor gasto no sistema comum. Além disso, a construção de uma APAC é muito mais



RELISE

barata que a construção de um presídio comum. Os resultados positivos tais como baixo índice de reincidência, baixo custo, ausência de violência e rebeliões, poucas fugas, têm contribuído para que a metodologia APAC seja conhecida e aplicada (FERREIRA et al, 2016).

APAC de Inhapim, Minas Gerais

A APAC Inhapim-MG foi fundada em 18 de março de 2003 e se localiza na BR 116, Km 502,3 – Córrego Boa Fé Inhapim-MG. A associação foi construída para acomodar até 80 recuperandos, e atualmente acomoda 71 apenados, sendo 48 em regime fechado e 21 em regime semiaberto (FBAC, 2022).

Na época da fundação da APAC de Inhapim, voluntários da igreja católica e do movimento pastoral carcerário faziam visitas ao presídio local, quando foram convidados pelo Dr Marcelo - juiz da comarca naquele momento, a conhecer o método APAC nas instalações da APAC de Itaúna. Segundo relatos, a adesão foi imediata e então propuseram erguer a associação também no município de Inhapim.

Os voluntários contaram com a ajuda do promotor Henrique Macedo, e juntos divulgaram a metodologia com a finalidade de obter apoio, quando o antigo patronato doou o terreno para a construção do edifício onde passou a funcionar a atual associação. No entanto, funcionava com poucos recursos e uma tímida participação da comunidade local, até que em dezembro de 2013 os novos gestores fizeram melhorias na edificação promoveram sua inauguração e firmaram sua consolidação (ASSIS, 2020).

História e contextualização de Inhapim

Em 1811, a passagem de tropas de transporte de cargas pelo território relativo ao município de Inhapim deu início a sua história. Em 1865, o Sr Joaquim



RELISE

José Ribeiro comprou e fixou residência na Barra do Córrego, o qual deságua acima da cidade de Inhapim. Em 1880 chegaram as famílias dos migrantes atraídos por suas terras férteis, e atraídos pela abundância das águas dos rios São Silvestre e Caratinga.

Em 1882, constitui-se como Patrimônio de São Sebastião de Inhapim, oficializando sua fundação. Inhapim foi elevada a Distrito de Paz da cidade de Caratinga em 1890, mas só se emancipou em 1938. A partir daí, a instalação de agências bancárias que fortaleceram o movimento financeiro, e o comércio fomentaram seu crescimento populacional, acrescido de forma mais acelerada com a construção da BR116, Rodovia Rio Bahia (INHAPIM, 2022).

Segundo dados do IBGE (2010), a população estimada para Inhapim em 2021 é de 24.020 pessoas. Com salário médio mensal da população de 1.6 salários-mínimos e proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 12.9%, Inhapim tem 43% de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que o colocava na posição 234 de 853 entre as cidades do estado e na posição 2.367 de 5.570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2010). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 97,9 %, com Índice de Desenvolvimento na Educação Básica – IDEB de 6.1 (anos iniciais) e 5.1 (anos finais), segundo o IBGE (2010).

A Ressocialização e a LEP 7210/84

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, é uma entidade autônoma no âmbito jurídico, administrativo e financeiro, mas está filiada pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, que coordena, fiscaliza, orienta e mantém a unidade de propósitos das associações. Além disso, as APACs estão amparadas pela Constituição Federal, e resguardadas pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (FERREIRA et al, 2016).



RELISE

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84, denominada LEP, sob a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, tem por finalidade efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal, como também de proporcionar as condições em prol de uma harmônica integração social do recluso. Conforme o artigo 10 da LEP é dever do Estado prestar assistência e orientação visando seu retorno ao ambiente social. Alguns desses deveres, segundo o artigo 11 da LEP, consistem em prestar assistência educacional, material, à saúde, jurídica, social e religiosa, e ainda que sejam tratadas com igual importância (GONZAGA & JÚNIOR, 2019).

Ao tratar da assistência educacional, a lei considera tanto a instrução escolar quanto a formação profissional do preso e do internado, sendo o ensino profissional ministrado na modalidade de aperfeiçoamento técnico e em nível de iniciação quando necessário, conforme os artigos 17 e 19. Percebe-se, portanto, que a instrução escolar e a capacitação profissional devem fazer parte da vida do apenado enquanto medidas que o preparam para o retorno à sociedade com dignidade (MOREIRA & DI GESU, 2020).

Deste modo, a LEP tem por finalidade a assistência e a preparação ao condenado para que o mesmo se reinsira ao meio social, conferindo o cumprimento da pena de forma humanizada, indissociável da execução da sanção penal, quais sejam, o castigo e a reintegração social. Conforme previsão da Lei de Execução Penal, ao Estado cabe o dever de punir, assim como preparar o indivíduo para o retorno à sociedade, por meio de ações de ressocialização que instruem o condenado a integrar-se ao convívio social e não voltar a cometer crimes (DOS SANTOS & FULGÊNCIO, 1984).

No Brasil é alta a taxa de reincidência no sistema prisional, que ainda está muito distante do cumprimento humanizado preconizado pela LEP, o que demonstra a incapacidade do Estado de promover a ressocialização do condenado. Isso se deve à realidade do sistema prisional brasileiro, que não presta assistência educacional, sem instrução escolar e capacitação



RELISE

profissional, além de falta de assistências sociais básicas, o que favorece a prática de novos crimes quando o infrator retorna à sociedade. Por isso, é fundamental o processo de ressocialização enquanto procedimento responsável pela readequação do indivíduo no retorno ao ambiente social, para que a liberdade signifique uma nova e digna trajetória de vida (QUEIROZ & SANTANA, 2022).

Neste contexto, a proposta de humanização da pena apresentada pelas APACs aparece como alternativa de ressocialização do condenado, com taxa de reincidência bem inferiores entre os egressos, quando comparados ao sistema prisional brasileiro convencional.

A reincidência nas APACs gira em torno de 15%, desmantelando os patamares nacional e internacional de 80% e 70%, respectivamente, no sistema convencional, segundo dados da FBAC (QUEIROZ & SANTANA, p.45, 2022).

Diferente do sistema prisional convencional, as APACs não possuem mais do que 200 presos e funcionam com a cooperação e execução mútua, com métodos que incluem a participação da comunidade e o trabalho voluntariado. Deste modo, a comunidade participa enquanto corresponsável com o Estado na ressocialização do apenado, entre parcerias público-privadas e a ajuda de voluntários, em consonância com o artigo 4º da LEP, que prevê a cooperação da comunidade com o Estado na execução penal (GONZAGA & JÚNIOR, 2019).

A educação e a capacitação profissional como ressocialização do condenado

A reincidência criminal no Sistema prisional brasileiro é alta, o que traz a necessidade de se pensar em meios de ressocialização do indivíduo, onde a participação de parcerias público-privadas e a ajuda de voluntários possam ajudar na tarefa do Estado, que demonstra não ter condições de resolver sozinho (MOREIRA et al, 2020).

Nesta lógica, a educação enquanto instrução escolar e capacitação profissional é uma das formas de promover a reintegração do indivíduo, sendo a



RELISE

educação direito assegurado pelo nosso ordenamento, conforme o artigo 205 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Segundo Moreira *et al* (2020), “a população carcerária traz consigo uma limitação educacional importante. [Assim], o analfabetismo ou a baixa instrução se faz presente somados a problemas comportamentais, cognitivos e sociais de grande ordem”. Neste contexto, a instrução escolar e a capacitação profissional pode empoderar intelectualmente o apenado ou o egresso prisional, ampliando suas chances de trabalho e de reinserção social (MOREIRA *et al*, 2020).

Tão importante quanto a terapia da realidade, a capacitação profissional e a educação, são elementos imprescindíveis que devem fazer parte do contexto da valorização humana, seja para superar as altíssimas taxas de analfabetismo e semianalfabetismo, seja para preparar e capacitar profissionalmente o recuperando para, no futuro, inserir-se no mundo do trabalho (FERREIRA *et al*, 2016, p. 69).

A educação e a formação profissional se trata de oportunidade para o egresso do sistema prisional, enquanto mecanismo que o permita trabalhar por meio de sua capacitação e de sua habilitação, promovendo sua reinserção de forma digna, enquanto cidadão de direitos. Para tanto, é importante pensar em meios de promover a formação técnica profissional por meio de políticas educacionais enquanto função da pena, o que facilita sobremaneira a readequação social do apenado e dos egressos prisionais porque permite ao mesmo ter um trabalho e assim prover seu próprio sustento e de sua família – um incentivo a não reincidência criminal do indivíduo (MOREIRA *et al*, 2020).

PROGRAMAS DE EXTENSÃO VOLTADOS A CONSTRUÇÃO CIVIL

Um dos princípios da APAC consiste em promover atividades laborais, instrução escolar e prática de ofícios ao apenado que despertem sua autoestima



RELISE

e suas potencialidades, além de precaver a ociosidade no cotidiano da reclusão (Gonzaga & Júnior, 2019). Por outro lado, provê atividades com a qual o recluso possa exercer quando retornar à sociedade, assim como as que sejam compatíveis o ofício exercido pelo apenado antes de sua reclusão. Neste sentido, a assistência educacional e técnica amplia a capacitação profissional e habilitação do apenado, ajudando na sua readequação social (MAIA et al, 2021).

O trabalho voltado à construção civil tem a peculiaridade de criação de empregos com baixos níveis de escolaridade e de um elevado percentual de empregados trabalhando informalmente, ao comparar os empregos gerados pelo setor de construção civil com os demais setores que compõem a economia brasileira (SANTOS, 2020). Segundo Magalhães (2017), as atividades voltadas à construção civil são desenvolvidas de forma dinâmica e mutável, composta por uma cadeia produtiva e uso intenso de mão de obra não qualificada, geralmente sem planejamento formal e de modo artesanal com muita improvisação nos canteiros de obra (MAGALHÃES et al, 2017).

Apesar da maioria dos trabalhadores do setor exercerem o ofício na condição de empregado informal ou conta-própria sem contribuição à Previdência Social, a construção civil é uma grande geradora de empregos, por alocar grande quantidade de mão de obra ocupada na economia brasileira (DE MENEZES et al, 2021).

A indústria da construção civil exerce uma extraordinária importância social e econômica no Brasil, movimentando uma grande cadeia produtiva e gerando empregos de forma rápida e abrangente, com uma parcela considerável da geração de renda para a população (MASUERO, 2022). Deste modo, a capacitação técnica ao apenado, voltada à construção civil, em ofícios como o de pedreiro, mestre de obras, pintor e ajudante pode contribuir na reinserção social pelas características de informalidade, oferta e baixa escolaridade do setor.



RELISE

Enquanto extensão, a capacitação técnica ao apenado voltado à construção civil vai de encontro às unidades curriculares construtivas do curso de arquitetura e urbanismo de forma analógica, qual seja, com teor construtivista mas num prisma mais técnico. Neste sentido, enquanto para o apenado, a capacitação técnica amplia as chances de reinserção social, ao discente, a extensão promove a formação de espírito crítico e senso humanístico, habilidades para a solução de problemas e ainda na reconstrução do conhecimento com vivência na prática. A articulação da extensão, articulada com o ensino e a pesquisa enriquece o senso crítico e analítico do discente, o capacitando para o mercado de trabalho (DE FIGUEIREDO, 2021).

METODOLOGIA DE PESQUISA

Os métodos planejados para a obtenção dos objetivos gerais e específicos citados têm a finalidade de intervir num contexto preexistente, propondo melhoria deste contexto problemático inicialmente identificado, com resultados que só poderão ser mensurados no término do programa, mas que sugerem de antemão contribuir sobremaneira na reinserção do recuperando da APAC na sociedade no pós-detenção.

A primeira providência é a identificação dos beneficiários do programa que se propõe oferecê-los. Estes estão dentre recuperandos que já exerciam o trabalho na construção civil antes da detenção e que planejam continuar quando retornarem ao ambiente social. Todavia, os recuperandos interessados em participar do programa, ainda que nunca tenham exercido a função na prática da construção civil, também são beneficiados. No entanto, a estes fica sugerido buscar também meios de aprender o ofício de forma sistemática, a fim de adquirir a necessária habilidade no manuseio e na prática da execução do trabalho. A prerrogativa se deve ao fato de que o programa propõe ensinar os conceitos essenciais básicos da arquitetura com utilização direta na construção civil, assim



RELISE

como minimizar erros oriundos da falta de orientação técnica, mas não pressupõe dar condições de tornar o recuperando exímio no trabalho de pedreiro, mestre de obras, pintor ou ajudante, caso o mesmo não tenha a habilidade no ofício no seu aspecto prático.

Este primeiro procedimento se aplica em forma de apresentação oral e presencial a todos os recuperandos da APAC da comarca de Inhapim, de modo a informar seus objetivos, métodos, cronogramas e resultados esperados.

A pesquisa busca num segundo momento avaliar as necessidades dos beneficiários com a finalidade básica de identificar o nível de conhecimento destes na construção civil, mas também de entender os meios mais assertivos de dialogar com estes indivíduos, com o intuito de responder a uma pergunta clara: Qual o conteúdo técnico e a linguagem adequada devam constar nas ações educativas do programa?

Para tal, a segunda providência metodológica é a avaliação das carências dos recuperandos em relação aos seus conhecimentos teóricos e práticos das técnicas construtivas, mais especificamente referentes aos conceitos empregados no ofício de pedreiro, mestre de obras, pintor e ajudante. São dados que baseiam o conteúdo desenvolvido no material técnico, partindo do pressuposto de que eventuais procedimentos errôneos e hábitos culturais equivocados sejam as causas de tantas falhas nas construções.

Após a coleta de dados e identificação do que é pertinente considerar para o conteúdo e orientado tecnicamente, em parte resultado da investigação quanto às necessidades específicas dos recuperandos participantes do programa e em parte do que é essencialmente relevante para o conhecimento técnico básico de todo aquele que exerce o ofício de pedreiro, mestre de obras, pintor e ajudante, chega-se à etapa da elaboração do material educativo.

Entende-se que nesta etapa ainda não fica determinado exatamente qual é o conteúdo do material produzido, pois este depende de elementos



RELISE

levantados na etapa seguinte. No entanto, com base nos dados coletados na etapa anterior são elaborados conteúdos técnicos da arquitetura com reflexo prático direto na construção civil, que formam o conteúdo para as aulas teóricas e práticas ministradas aos recuperandos participantes do programa. Sob a coordenação e acompanhamento de docentes orientadores do programa, discentes voluntários e estagiários ministram as aulas (palestras e oficinas práticas) nas instalações do APAC da comarca de Inhapim (figura 1).

Figura 1: Aulas teóricas nas instalações da APAC de Inhapim



Fonte: Rogério F. Werly Costa (2000)

A análise dos resultados se dá por meio da aplicação de avaliação diagnóstica, no sentido de observar a evolução dos conhecimentos em relação ao conteúdo ministrado nas aulas.

RESULTADOS E ANÁLISE

O primeiro procedimento metodológico consistiu na identificação dos beneficiários do programa, por meio de um encontro entre funcionários e os recuperandos da APAC da comarca de Inhapim, com a finalidade de apresentar o programa, informando seus objetivos, métodos, cronogramas e resultados



RELISE

esperados; e deste modo intigá-los a participar. Constatou-se que a maioria dos recuperandos já exerciam o trabalho na construção civil antes da detenção e que têm planos de continuar exercendo o ofício quando retornarem ao ambiente social. Instigados pelo conteúdo e metodologia do programa, recuperandos que nunca exerceram o trabalho voltado à construção civil também mostraram interesse em participar do programa. O primeiro encontro demonstrou a expectativa dos recuperandos pela assistência educativa e técnica como oportunidade de um futuro melhor, mas também de muito receio, o que sugere experiências traumáticas que viveram nas suas relações pessoais e sociais.

Num segundo momento foram realizados alguns encontros com os recuperandos para avaliar as necessidades dos beneficiários e identificar o nível de conhecimento destes na construção civil. Os encontros foram realizados com os 47 recuperandos interessados no programa (66% do total) e com a presença de discentes voluntários e estagiários do curso de arquitetura e urbanismo da IES da comarca de Caratinga. A presença dos discentes do curso de arquitetura despertou nos reclusos a vontade de interação, o que instigou nestes o compartilhamento em forma de depoimentos quanto às suas experiências com o trabalho voltado à construção civil, informando suas habilidades, carências e expectativas. Dentre os recuperandos com experiência anterior à reclusão em trabalhos voltados à construção civil, constatou-se o ofício de pedreiro, mestre de obras, pintor, ajudante, e ainda dois relatos de trabalhos com o ofício de gesseiro.

O caráter híbrido da área disciplinar da arquitetura, tanto no que se refere à construção civil quanto à categoria das ciências sociais aplicadas, fomentou a comunicação entre discentes e recuperandos, em particular aqueles com experiência na execução de trabalhos voltados à construção civil. Desta interação resultou uma mútua partilha de aprendizados, entre discentes e



RELISE

reclusos, com a decisão unânime de transformar parte das oficinas práticas em reforma da capela da associação.

A terceira etapa metodológica consistiu na elaboração de material educativo, que são cartilhas em formato A4 com conteúdo técnico básico voltado à construção civil, com ênfase no ofício de pedreiro, mestre de obras, pintor, ajudante e gesso. Nesta lógica, para elaboração da cartilha considerou-se tanto as necessidades específicas dos recuperandos participantes do programa, quanto ao que é essencialmente relevante para o conhecimento técnico básico de todo aquele que exerce o ofício de pedreiro, mestre de obras, pintor, ajudante e gesso. Deste modo, foi elaborado em cartilha e ministrado nas instalações da APAC da comarca de Inhapim (como ilustrado na figura 1 o seguinte conteúdo: i) uma palestra introdutória (aula 01) acerca do mercado e da prática da construção civil no Brasil; ii) aula 02 a 05 com conteúdo acerca da leitura da planta, ergonomia e conforto ambiental; iii) aula 06 a 09 com conteúdo sobre noções técnicas de estrutura, hidráulica e elétrica; iv) aulas 10 a 13 com conteúdo acerca dos materiais decorativos, revestimentos, pintura e gesso; e v) oficinas práticas (14 a 16) exercidas na capela da associação da APAC de Inhapim, como ilustrado na tabela 1. A duração das aulas teóricas foi de 200 minutos e das oficinas práticas de 240 minutos, e contou com a participação de recuperandos e discentes voluntários e estagiários do curso de arquitetura da IES do município de Caratinga.

Tabela 1: Assistência educativa aos recuperandos da APAC da comarca de Inhapim, MG (conteúdo técnico)

Aulas	Duração	Conteúdo
Aula 01: palestra introdutória	200 minutos	o mercado da construção civil (canteiro de obras, informalidade, acidentes de trabalho);
Aula 02: leitura da planta (parte 1)	200 minutos	diretrizes para montagem da planta baixa; representações (caligrafia técnica, linhas, paredes, portas, janelas, projeções, escadas, níveis e pisos
Aula 03: leitura da planta (parte 2)	200 minutos	elevações, cortes, símbolos e cotas



RELISE

53

Aula 04: ergonomia	200 minutos	ergonomia nos espaços residenciais; normas, acessibilidade
Aula 05: conforto ambiental	200 minutos	conforto térmico, visual e acústico na construção
Aula 06: noções de estrutura (parte 1)	200 minutos	tipos de fundações, patologia nas edificações (trincas, fissuras, patologias em vigas e pilares)
Aula 07: noções de estrutura (parte 2)	200 minutos	leitura da planta para locação de sapatas; ferragens (sapata isolada, pilares cintas e vigas); quantidade de material de concreto armado até 3 pavimentos
Aula 08: noções de hidráulica	200 minutos	leitura do projeto hidrossanitário, instalação e materiais hidráulicos
Aula 09: noções de elétrica	200 minutos	tipos de voltagem, transformadores, geradores; circuito elétrico; segurança, ferramentas básicas
Aula 10: revestimentos	200 minutos	conceitos, processo de fabricação, classificação, tipos de materiais e suas características
Aula 11: interiores	200 minutos	objetivo do projeto de interiores, uso das cores, iluminação, ergonomia e conforto
Aula 12: gesso (parte 1)	200 minutos	forro em gesso (fixação, montagem, sancas); gesso atrelado à iluminação artificial
Aula 13: pintura (parte 1)	200 minutos	métodos, produtos e materiais usados, tecnologia
Aula 14: gesso – parte 2 (oficina prática/capela)	240 minutos	oficina prática com colocação de forro de gesso na capela com sanca para iluminação tubular
Aula 15: pintura (parte 2) (oficina prática/capela)	240 minutos	oficina prática com pintura do teto e das paredes da capela da associação
Aula 16: prática de decoração (aula teórica) (oficina prática)	240 minutos	aula teórica (80 minutos): pintura personalizada oficina prática com pintura personalizada do altar da capela)

Fonte: material técnico para minicurso aos recuperandos da APAC de Inhapim (2020)

As oficinas práticas 14 e 15 foram ministradas, respectivamente, por equipe de funcionários de empresa de pintura e de empresa de colocação de forro de gesso, com a participação de discentes e dos recuperandos participantes do programa.

As oficinas práticas 14, 15 e 16 aconteceram no espaço da capela da associação e teve a finalidade de atrelar ao conhecimento teórico a atividade



RELISE

prática, com modalidade de trabalho permanente que modificou o espaço, escolhido por unanimidade pelos recuperandos da APAC da comarca de Inhapim.

O trabalho realizado na capela consistiu em colocação de forro de gesso com sanca iluminada - composta por lâmpadas tubular led (oficina prática 14), nova pintura do piso, teto e paredes (oficina prática 15), pintura do altar – com a ilustração de um vivo céu azul, da parede lateral (à esquerda) - com a ilustração de uma pomba representando a paz e a esperança, e da parede lateral (à direita) – com a frase ‘estamos juntos’ (oficina prática 16), como ilustrado na figura 2.

Os 47 recuperandos inscritos no programa frequentaram as aulas e as oficinas práticas, ocorridas mediante participação ativa. Aos participantes do programa foi emitido um certificado de conclusão de curso técnico voltado à construção civil, assinado pela coordenação do curso de arquitetura e urbanismo de IES localizada no município de Caratinga, com a finalidade de respaldar o recuperando com um certificado emitido por uma IES, visto que em Inhapim não existe IES com oferta do curso de arquitetura e urbanismo na modalidade de graduação. Além disso, o programa estendeu o benefício à discentes do curso de arquitetura e urbanismo, por meio da modalidade de estágio supervisionado.

Figura 2: Capela da APAC de Inhapim após a conclusão das oficinas práticas do programa de assistência educativa



RELISE



Fonte: Rogério F. Werly Costa (2000)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ressocialização é tarefa árdua, o que requer a participação da comunidade e de parcerias público-privadas na elaboração de políticas educacionais como meios de precaver a reincidência criminal do indivíduo.

A assistência educativa prestada aos recuperandos da APAC da comarca de Inhapim, com a participação dos discentes do curso de arquitetura e urbanismo da IES do município de Caratinga, Minas Gerais, permitiu constatar que a assistência social foi a maior das motivações.

Na reunião de apresentação do programa, percebeu-se, de forma nítida, a esperança no olhar dos apenados, de uma possível oportunidade que poderia contribuir com a reinserção na sociedade, e a desconfiança de estarem sendo ludibriados. Foi comprovado, contudo, a partir dos encontros seguintes, que a interação entre discentes e recuperandos num mútuo compartilhamento de conhecimento teórico e prático voltado à construção civil, despertou definitivamente a vontade de aprender.

O diálogo de forma igualitária promoveu não somente o aprendizado, mas também a autoconfiança nos recuperandos. Por outro lado, a mescla de conteúdos conceituais, técnicos e práticos, enquanto ensino ou aprendizado,



RELISE

fomentou o senso crítico de recuperandos e discentes, ambos com expectativas de que a experiência vivenciada no programa contribuísse para o futuro profissional.

REFERÊNCIAS

ASSIS, CAMILA CARVALHO DE. ARQUITETURA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DO SETOR DE LABORTERAPIA E DE COMO ESSE ESPAÇO INFLUENCIA NA RECUPERAÇÃO DOS DETENTOS DA APAC DE INHAPIM-MG CARATINGA. 2020.

Constituição da república Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Contitui%C3A7ao.htm.

DE FIGUEIREDO, Suelania Cristina Gonzaga. Atividades de extensão: a curricularização da extensão no ensino superior. **PRODUÇÃO ACADÊMICA E PLURALIDADE**, p. 229, 2021.

DE MENEZES SILVA, Vinicius et al. Distribuição de renda e desempenho do mercado de trabalho da construção civil no Brasil de 2012 a 2019. **Economia & Região**, v. 11, n. 1, 2023.

DOS SANTOS, Nayara Ribeiro; FULGÊNCIO, Ana Celuta. APLICAÇÃO DAS AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ACORDO COM A LEI N 7.210/84 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) AOS APENADOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.

FERREIRA, Valdeci Antônio et al. Método APAC: sistematização de processos. 2016.

GONZAGA, Karina; JÚNIOR, Cildo GIOLO. ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC): RESSOCIALIZAÇÃO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, v. 4, n. 1, 2019.

IBGE (2010) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/inhapim/panorama> > Acesso em: 07/10/2022



RELISE

MAGALHÃES, Rachel Madeira; MELLO, Luiz Carlos Brasil de Brito; BANDEIRA, Renata Albergaria de Mello. Planejamento e controle de obras civis: estudo de caso múltiplo em construtoras no Rio de Janeiro. **Gestão & Produção**, v. 25, p. 44-55, 2017.

MAIA, Roque Alexandre Soares et al. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL FRENTE AOS DIREITOS E DEVERES DO PRESO–REVISÃO 2021. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, p. 10-55, 2021.

MASUERO, Angela Borges. Desafio da Construção Civil: crescimento com sustentabilidade ambiental. **Matéria (Rio de Janeiro)**, v. 26, 2022.

MOREIRA, Felipe Luiz; GIMENEZ, Roberto; DI GESU, Viviane Spadaro. Projeto Alvorada: uma oportunidade de inclusão educacional aos egressos do sistema prisional. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 98177-98129, 2020.

Portal FBAC (2022). Recuperado de <https://fbac.org.br/o-que-e-a-apac/>
Prefeitura Municipal de Inhapim-MG (2017). *História de Inhapim Parte 1 (Da Fundação a Emancipação)*. Recuperado de <http://www.inhapim.mg.gov.br/>

QUEIROZ, Carla Tosta; SANTANA, Isael José. Associação de Proteção e Assistência ao Condenado–APAC: Ressocialização e humanização no cumprimento da pena à luz da Unidade de Ituiutaba-MG. **Estudos em Ciências Humanas e Sociais Volume 6**, p. 33.

SANTOS, Rômulo Bernardo dos et al. Construção civil e economia brasileira: potencialidades e evolução do mercado de trabalho do setor nos anos recentes. 2020.